SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

1. PENHOR E REALIDADE

1.1 O discurso doutrinário dominante sobre o direito real

1.1.1 Poder imediato sobre a coisa e eficácia *erga omnes*

1.1.2 O sistema do *numerus clausus*

1.1.3 Síntese da doutrina dominante sobre os direitos reais

1.2 Crítica ao poder imediato como estrutura específica do direito real

1.2.1 Direitos reais sem poder imediato

1.2.2 Direitos pessoais com poder imediato

1.2.3 Crítica à relação entre sujeito e coisa. A importância da cooperação no âmbito dos direitos reais na coisa alheia

1.3 Crítica ao formalismo da teoria personalista. Eficácia *erga omnes* e *neminen laedere.* A tutela externa do crédito

1.4 A teoria da aderência (*inerenza*) do direito real de Michele Giorgianni

1.5 Adesão parcial do direito brasileiro à teoria da aderência

1.5.1 A sequela e a tutela externa do crédito. A tutela do terceiro adquirente de boa-fé

1.5.2 Correlação entre a coisa e a situação subjetiva real

1.6 *Numerus clausus* e autonomia privada

1.6.1 Superação do *numerus clausus*?

1.6.2 A relevância da distinção entre taxatividade e tipicidade dos direitos reais

1.6.3 A individuação do bem objeto do direito real

1.6.4 Direitos reais típicos e contratos atípicos

1.6.5 A negação da suposta especificidade interpretativa dos direitos reais

1.7 A relevância da categoria do direito real para a disciplina do penhor

2. A FUNÇÃO DE GARANTIA DO CRÉDITO

2.1 Necessidade de delimitação do conceito de garantia à luz do dado normativo

2.2 Garantia e acessório do crédito

2.2.1 O conceito de acessório no direito brasileiro

2.2.2 Acessório civil e garantia do crédito

2.2.3 A graduação dos efeitos da acessoriedade das garantias do crédito. Crítica às chamadas garantias autônomas

2.3 Garantia e extinção satisfativa do crédito

2.3.1 A garantia como meio de realização do crédito independente da cooperação do devedor

2.3.2 Diferenciação entre garantia e modo de pagamento

2.4 Garantia e risco de insolvência do devedor

2.4.1 Garantia e responsabilidade patrimonial do devedor

2.4.2 Liberdade, igualdade e responsabilidade. A origem da insolvabilidade

2.4.3 As garantias e as técnicas de proteção diante do risco de insolvabilidade do devedor

2.5 A função da garantia do crédito no direito brasileiro

3. PENHOR E AUTONOMIA PRIVADA

3.1 A escolha do modo de execução do penhor

3.1.1 Pacto marciano e pacto comissório

3.1.2 A validade do pacto marciano inserido no contrato constitutivo de penhor

3.2 A individuação do objeto do penhor

3.2.1 O penhor pecuário rotativo

3.2.2 O penhor industrial e mercantil sobre universalidades

3.2.3 O penhor de créditos futuros

3.3 A pluralidade de penhores sobre o mesmo bem

3.3.1 Ampla admissão do penhor de segundo grau no direito brasileiro

3.3.2 Aspectos fundamentais do regime do penhor de segundo grau

3.4 Perspectiva funcional e potencialidades do penhor no sistema de garantias contemporâneo

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

BIBLIOGRAFIA